

A cidade de Boa Vista e as transformações do espaço urbano

The city of Boa Vista and the transformations of urban space

Jimmy Iran dos Santos Melo

Mestre em Sociedade e Fronteiras

Colégio de Aplicação – CAp, Universidade Federal de Roraima (UFRR)

mergulhadoemjesus@gmail.com

Recebido em: 16/03/2022

Aprovado em: 21/06/2022

Resumo: O artigo envolve discussões teóricas sobre as construções identitárias e o desenvolvimento urbano na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, como parte da produção textual da tese sobre o *skate*, a qual está em processo de escrita no programa de doutorado em História na Universidade de Passo Fundo - UPF. As reflexões apresentadas são resultado da disciplina: História, Região e Fronteiras, desenvolvidas nas aulas do Dr. Luiz Carlos Tau Golin, que teve como foco identificar o processo de definição da região a partir de sua marca identitária, que envolve o político, a cultura e a historicidade das sociedades envolvidas para a produção de um livro digital. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Como resultado, a pesquisa descortinou o urbano, demonstrando como foram sendo construídos em vários modelos identitários projetos locais, nacionais e internacionais em Boa Vista no início do século XX, dentro do contexto amazônico.

Palavras-chave: Identidade; Urbano; Espaço; Boa Vista.

Resumen/Abstract: The article involves theoretical discussions about identity constructions and urban development in the city of Boa Vista, capital of the state of Roraima, as part of the textual production of the thesis on skateboarding, which is being written in the doctoral program in History at the University of Passo Fundo - UPF. The reflections presented are the result of the discipline: History, Region and Borders, developed in Dr. Luiz Carlos Tau Golin, whose focus was to identify the process of defining the region from its identity mark, which involves politics, culture and the historicity of the societies involved for the production of a digital book. The methodology used was the bibliographic research. As a result, the research revealed the urban, demonstrating how local, national and international projects were being built in various identity models in the city of Boa Vista, capital of the state of Roraima in the early 20th century, within the Amazon context.

Palabras clave/Keywords: Identity; Urban; Space; Boa Vista.

Introdução

Início localizando o lugar da pesquisa¹, a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, onde proponho problematizar indagações que envolverão as construções da identidade dentro da cultura boavistense. Entretanto, quero enfatizar que o texto apresenta apenas um fragmento da construção da cidade estudada por meio dos aspectos sociais, culturais e da própria paisagem urbana². Como aponta Kevin Lynch, “paisagem urbana é algo a ser visto e lembrado, um conjunto de elementos do qual esperamos que nos dê prazer” (LYNCH, 1999, p. 12). Assim, a pesquisa é uma maneira introdutória de apresentar Boa Vista a partir do ano de 1980, período onde ocorreram profundas transformações no tecido urbano da cidade, processos migratórios e transformações sociais, além de disputas políticas na forma de construção de um novo poder local.

Por conseguinte, elenco os pontos culturais que poderão referenciar a pesquisa de doutorado sobre os conceitos de apropriações, territorializações e identificações no urbano, à medida que as identidades se tornam visíveis dentro de grupos urbanos como representações contraculturais, contraditórias e *outsiders*.

No entanto, enquanto volto ao passado do lugar por meio da escrita histórica, é preciso visitar espaços fragmentados no tempo decorrido, recortando aquilo que julgo representar como importante à pesquisa do momento: a marginalização do grupo de *skate*. Sendo assim, o fragmento de tempo e espaço em que trabalho auxiliará a contar parte daquilo que predisponho na tese, que é discutir como Boa Vista torna-se palco do *skate* local, para depois trabalhar os aspectos identitários de grupo dos jovens skatistas, mostrando a cidade em Roraima com os seus múltiplos processos históricos na construção do urbano.

A cidade de Boa Vista em Roraima

¹ Certeau entende o lugar como “uma configuração instantânea de posições. Implica uma relação de estabilidade” (CERTEAU, 1998, p. 201). Já Augé afirma que “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar” (AUGÉ, 1994, p. 73).

² Conforme Scherer a paisagem urbana é “o conjunto constituído tanto pelas edificações como pelas relações que entre elas se estabelecem e sua inserção na malha urbana. A paisagem urbanística dialoga com o sítio, com a paisagem natural e, deste diálogo, participam tanto edificações monumentais quanto produtos da arquitetura comum e também as resultantes das diferentes modalidades de autoconstrução” (SCHERER, 2002, p. 84).

Decerto, o vasto território brasileiro tem suas peculiaridades, e a cidade de Boa Vista é uma entre tantas. Souza apresenta o estado de Roraima e localiza a capital quando descreve que a “linha do Equador marca a trajetória e a história deste lugar” (SOUZA, 2012, p. 9). Com isso, a historiadora propõe que a linha imaginária que corta o planeta Terra permite o delineamento do estado como ponto mais setentrional do país. E, ao apontar geograficamente a região, afirma:

Estamos localizados no extremo norte do Brasil. Nas terras do estado localiza-se o Monte Caburá, na atualidade reconhecidamente o ponto mais setentrional do país, assim *como a única capital completamente situada no hemisfério norte*. Nossa tríplice fronteira, com a Venezuela e a Guiana, desde o início da conquista da América foi objeto de cobiça pelos europeus. Espanhóis, holandeses e portugueses palmilharam seus rios encachoeirados, suas savanas, seus campos e suas florestas em busca de suas riquezas naturais e de seus índios. Nossa tríplice fronteira é também a única fronteira trilingue do Brasil, junto ao português, ao espanhol e ao inglês, línguas indígenas lutam pela sua existência e pela ampliação dos seus falantes (SOUZA, 2012, p. 9, grifo meu).

É com essas especificidades mencionadas por Souza (2012) que o lugar em que se encontra Boa Vista no globo terrestre pode altear o encanto geográfico e histórico do lugar, mostrando as peculiaridades, as exuberâncias e as diferenças culturais exploradas e destruídas no tempo da colonização por grandes potências europeias, que aqui se instalaram enquanto disputavam palmo a palmo os espaços territoriais da região.

Sendo assim, as delimitações intrínsecas de sua localização fazem do lugar boa-vistense plural dinâmico e, ao mesmo tempo, transitório. Dessa maneira, há nesse espaço de terra marcas deixadas por povos tão diversos que construíram e constroem no espaço-tempo as condições favoráveis para sua própria singularidade, devido à convivência e à coexistência de culturas tão distintas na tríplice fronteira no Norte do Brasil, acima da linha do Equador.

No entanto, embora Souza traga demandas que representam delicadas particularidades da região Norte, esta propõe que “as nossas especificidades regionais não nos afastam da realidade amazônica. Vivemos os mesmos dilemas, contradições e partilhamos problemas e soluções” (SOUZA, 2012, p. 10). Com isso, não obstante, a proeminência de estar acima da linha do Equador quanto à posição geográfica não escapa das parecenças com as demais regiões amazônicas no sentido de plural fronteira internacional, mantendo um diálogo constante com as regiões do Brasil e dos demais países da América do Sul no Norte do país.

Enquanto começo pelas singularidades da região roraimense, Boa Vista mostrar-se-á como ligada ao próprio processo de formação do estado, fazendo parte de um ensarilhado jogo de poder, histórias, tramas locais e internacionais, que evocam ao período Imperial do Brasil. Como bem coloca Galvão, “Boa Vista surgiu no radar internacional em meio a práticas de consolidação da unidade imperial”, como região que permanecera “[...] nos cálculos estratégicos da diplomacia brasileira” (GALVÃO, 2012, p. 217), só para exemplificar que a história da cidade não começou há pouco tempo, mas é nessa urdidura que alcançou a excentricidade como região Norte do país, tornando-se a própria capital do estado de Roraima.

Dessa maneira, ao compor a história da cidade, coube lembrar que, por estar no espaço geográfico mais setentrional do país³, tinha como seu principal meio de acesso os cursos dos rios amazônicos, que no caso da localidade estudada é o rio Branco. Sendo assim, até a década de 1970 a região permanecera dentro daquilo que é chamado de “isolamento político, econômico e, sem dúvida, moral de Roraima, cuja população tem, hoje, mais vínculos com os vizinhos do que conosco” (GALVÃO, 2012, p. 229). Por conseguinte, as implicações ocasionadas por esse retraimento das relações histórico-geográficas afetaram os aspectos socioeconômicos quanto ao envolvimento com a nação brasileira, trazendo sérias consequências para própria população boa-vistense, pois impingia diretamente a qualidade de vida dos seus moradores.

No início da década de 1970, faltava um sistema de comunicação permanente entre Roraima e qualquer outro ponto do país. Por exemplo, o rio Branco era navegável apenas quatro meses ao ano, e somente em parte de sua extensão total, e durante dois terços do *ano todos os provimentos eram recebidos por via aérea e a preços exorbitantes* (GALVÃO, 2012, p. 229, grifo meu).

Isso mostra os aspectos geográficos e históricos da cidade: Boa Vista permaneceu àquela época isolada geograficamente por via terrestre do restante do país, tendo o rio Branco como principal meio de acesso ao lugar. Dessa forma, os moradores da região enfrentavam problemas sazonais durante o ano quanto ao percurso fluvial, o que limitava anualmente os abastecimentos de recursos que chegavam

³ LEI Nº 1066, DE 04 DE JULHO DE 2016: Reconhece o Monte Caburaí como ponto extremo norte do estado de Roraima, bem como seu Art. 2º: “Nos termos dos registros da expedição exploratória e demarcatória ocorrida de 3 a 6 de setembro de 1998, fica reconhecido como ponto extremo norte do Brasil o Monte Caburaí, localizado neste estado, na tríplice fronteira entre Brasil, República Bolivariana da Venezuela e República Cooperativista da Guiana” (PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA, 2016, p. 1).

à cidade. Nesse sentido, são observados problemas e contratempos para o desenvolvimento socioeconômico do Norte do Brasil, além dos altos custos de vida da população local⁴.

Todavia, de acordo com Oliveira (2008), o desenvolvimento urbano de Boa Vista, como parte do projeto nacional brasileiro, era almejado desde a década de 1940, e é assim que se apresentam os primeiros projetos urbanísticos da cidade, inspirados nos de Belo Horizonte e Paris⁵.

Porquanto, ao tempo de 1943 a cidade passaria à condição de capital do Território Federal do Rio Branco, o que modificaria as concepções das relações entre os cidadãos com a cidade em si. Nesse aspecto, Silva aponta os impactos das primeiras modificações das paisagens urbanas de Boa Vista, dentro das relações da vida dos seus moradores, principalmente quanto a sua localização, apresentada como “[...] correlacionado a um plano geopolítico estratégico na fronteira amazônica” (SILVA, 2017, p. 95). Dessa maneira, era preciso planejá-la como cidade estratégica da Amazônia.

A partir desse pequeno núcleo pré-existente, planejou-se uma cidade que pudesse exercer o papel do poder central na fronteira e demonstrar o significado de Brasil potência, para os que pudessem apreciar o novo urbano inspirado em Belo Horizonte, havendo considerações de que a cidade também foi projetada com inspiração em Paris, em uma alusão às ruas da capital francesa. *O núcleo embrionário tornou-se o centro do poder brasileiro naqueles confins amazônicos* (SILVA, 2017, p. 93, grifo meu).

A despeito disso, estranhamente o núcleo urbano embrionário pré-existente não foi citado como cidade planejada na Amazônia e no Brasil, o que somente veio a ganhar visibilidade entre os anos de 1947 e 1950. Com isso, Boa Vista, dentro da lógica estratégica para a Amazônia, será estimulada em seu desenvolvimento por meio do poder central brasileiro, pois, ao que parece, poderia dar o pontapé na sua estrutura urbana alcançando aquilo que Barros afirmou ser um “projeto de *foreworld city*”⁶ (BARROS, 1995, p. 151) da fronteira brasileira, ao mesmo tempo em que se modificavam os aspectos urbanos da cidade, reafirmando as preocupações por ser uma área entre fronteiras, lugar de

⁴ Segundo Peruzzo, “o local se caracteriza como um espaço determinado, um lugar específico de uma região, no qual a pessoa se sente inserida e partilha sentidos. É o espaço que lhe é familiar, que lhe diz respeito mais diretamente, muito embora as demarcações territoriais não lhe sejam determinantes” (PERUZZO, 2006, p. 144). Nesse sentido, Bourdin afirma que “as delimitações da localidade são múltiplas e contingentes. A vizinhança, o bairro, a cidade ou a região urbana constituem pontos de referência relativamente estáveis, mas, conforme os contextos, estes níveis se definem diferentemente, e muitas coisas ou quase nada pode ocorrer aí” (BOURDIN, 2001, p. 13).

⁵ Ene Garcez, governador do Território Federal do Rio Branco, dará o crédito à cidade de Belo Horizonte como fonte de inspiração ao traçado de Boa Vista. A empresa Carioca Riobras foi responsável pelo desenho, sendo seu proprietário o engenheiro Darcy Aleixo Derenusso (FREITAS, 1996).

⁶ Traduzi o texto em inglês como: “Cidade do futuro no mundo”.

trânsito constante, como bem apontou Becker ao declarar que “a fronteira atual já nasce urbana, como uma estratégia de ocupação utilizada pelo Estado” (BECKER, 1998, p. 46), de tal forma que era preciso povoar a área fronteira.

Posteriormente aos eventos que marcariam o planejamento urbanístico de Boa Vista, teremos os fatores do aumento populacional. Quanto a isso, ao analisar os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2010⁷, este mostra que houve entre os anos de 1940 até 1960 um salto populacional na cidade, porém a concentração populacional deu-se principalmente nas regiões centrais do perímetro urbano (VALE, 2005), o que propiciou o surgimento das áreas periféricas seguidamente.

No ano de 1953, uma jovem de 21 anos, chamada Laucides de Oliveira, chegava à cidade de avião, e refletindo sobre o lugar tece os seguintes comentários em suas observações sobre o urbano: “Aí está Boa Vista! Do alto, mal parece uma cidade. Muitos menos uma capital” (OLIVEIRA, 2009, p. 5). O ar de surpresa e decepção tomou de conta da jovem mulher. E a decepcionante admiração continuou, ao identificar nos espaços urbanizados da cidade aquilo que chamaria mais sua atenção: as simples modificações das paisagens urbanas.

Dá para ver que a cidade é pequena e deve ser bem pobre, contrariando a minha expectativa de ver uma cidade pequena, parecida com aquelas que eu conhecia no interior de Minas e Estado do Rio, antigas, de ruas calçadas a paralelepípedo ou mesmo sem pavimentação, mas piçarradas, arrumadinhas, com uma pequena praça, jardim e um coreto, coisa assim. Que esperança! (OLIVEIRA, 2009, p. 7).

Dessa forma, ao descrever o lugar em que chegava, a futura moradora faz comparações com outras cidades do interior brasileiro, de estados como Minas Gerais e Rio de Janeiro, particularizando os espaços apresentados no seu processo de urbanização, que começavam a ser desenvolvidos em Boa Vista.

Teremos, porém, uma lenta infraestrutura, que florescerá em anos posteriores, nas alterações das paisagens urbanas entre anos de 1970 e 1974, com o segundo governo de Hélio da Costa Campos. Na época, havia disputas entre os poderes locais sobre a construção de figuras representativas que os identificassem ao lugar, por meio das construções arquitetônicas em que pudessem representar essas

⁷SINOPSE do Censo Demográfico 2010. IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 7 maio 2021.

identidades e que estivessem ligadas aos tradicionalistas da região, tais como os criadores de gado. Assim, foi construída uma estátua pelo governante do território federal no centro da cidade, na forma de um garimpeiro, porém aquela estátua representaria uma ameaça à memória reivindicada pelos pecuaristas, pois estes se consideravam os tradicionalistas da região, os donos do poder local (MAGALHÃES, 1986).

Não obstante, a identidade estava ameaçada por aqueles que não eram donos do poder local, como os garimpeiros condicionavam, por serem vistos por estes como atividade marginalizada⁸. Nesse sentido, os antigos moradores impetravam resistências quanto às modificações que ocorriam no campo da economia local e da cultura, por ser uma cidade de trânsito de pessoas e localizada em uma região de tríplice fronteira. Dessa forma, a representação do garimpeiro na Praça Central de Boa Vista foi considerada uma afronta, a ponto de ocasionar uma fratura na identidade do lugar, devido à presença nômade dos garimpeiros, aventureiros, aqueles que nada tinham a perder.

Diante disso, a estátua, posta em frente aos poderes constituídos – o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, bem como da própria Igreja Católica, também construída à época ao lado da Praça Central, – e diante do Palácio Senador Hélio Campos, nome dado ao Palácio do Governo de Roraima, era uma ameaça entre as representações construídas em torno da figura do vaqueiro, do ruralista, ou assim dizendo, do pecuarista, devido às reivindicações feitas pelos tradicionalistas perante o governo do Território Federal de Roraima (SANTOS, 2015).

Ao mesmo tempo em que os tradicionalistas reivindicavam a identidade do lugar na figura do vaqueiro e ruralista, já era desenvolvido na retaguarda um projeto muito maior para a identidade local, cujos objetivos eram despertar o sentido pátrio e a preservação cívica da cidade de Boa Vista. Sobre isso, de acordo com De Souza (2012), a construção da identidade boa-vistense achava-se sendo delineada a datar das décadas de 1940 a 1970, ligadas ao ritual do 7 de Setembro. Assim, o pesquisador dispõe:

Rituais cívicos constituem uma vasta e importante área de estudo [...] muitos se tem pensado sobre os festejos cívicos, mormente os populares que, de certo modo, conduzem às discussões que apontam para a função mais geral destes rituais, ou seja, a capacidade de se criar a sensação de pertencimento do indivíduo para com o todo;

⁸ Sobre a atividade ser considerada marginalizada pelos ruralistas, isso estaria relacionado com a reivindicação do símbolo dos garimpeiros na praça principal da cidade de Boa Vista, porém considera-se efetivamente na Amazônia como atividade marginal a garimpagem, a partir dos anos de 1980, com o movimento ambientalista que atingiu o mundo (BARBOSA, 1991).

a manutenção da ordem; a construção do sentimento de inserção dos excluídos ao grupo dos que possuem bens e poder; a construção e preservação da memória; e, por fim, a identidade nacional. [...] Para tanto é preciso esclarecer sobre os dois projetos de governo vivenciados em períodos distintos: *Um, por ocasião da criação oficial do Território Federal do Rio Branco em 1943, que se estende até o golpe militar em 1964. O outro, no período militar até a década de 1970* (DE SOUZA, 2012, p. 19, grifo meu).

Desse modo, De Souza (2012) vai posicionar-se teoricamente no campo das emoções de pertencimentos dos indivíduos, os quais construíram sentimentos de inserção aos lugares ocupados por grupos de poder, ao mesmo tempo em que favorecem a valorização da memória tradicional pela construção da identidade nacional, sendo as estratégias utilizadas pela elite local no antigo território federal do Rio Branco, bem como na futura construção do estado de Roraima, pois “talvez isso tenha ocorrido porque esses rituais eram o espetáculo áureo da representação do nacionalismo e do civismo pátrio por tratar de um passado constituído de eventos portentosos” (DE SOUZA, 2012, p. 18). Dessa forma, temos o sufocamento das identidades locais em detrimento dos ideais do estado-nação em construção, ocorrendo por detrás dos interesses locais, já há bastante tempo presentes na população.

Destarte, a identificação da sociedade do extremo norte às margens do rio Branco, ainda que seja considerada uma história recente, podemos afirmar que a identidade da cidade de Boa Vista precisou posteriormente buscar outros elementos regionais aos sentimentos de pertencimento do lugar, pois as imposições identitárias vindas do poder central, que buscavam na “consequência desta falta” a “criação do sentimento nacionalista e brasilidade” (DE SOUZA, 2012, p. 22) por meio de símbolos dos rituais cívicos, como o 7 de Setembro, tinham a clara tentativa de formar a identidade da sociedade boa-vistense, enfraquecendo as construções da alteridade local que foram sendo suprimidas em tais rituais, como o primeiro projeto do governo central entre as décadas de 1940 e 1960, no sentido de se construir a identidade local ligada ao nacionalismo brasileiro em eventos simbólicos, esfacelando os sentimentos conectados às representações dos ruralistas e à figura do vaqueiro (DE SOUZA, 2012).

Por conseguinte, Oliveira, voltando ao tempo da história do lugar, coloca que as escolas com início da fundação do Território Federal do Rio Branco já eram metas programadas para “veicular e despertar o civismo” (OLIVEIRA, 1986, p. 18), o que podemos encontrar no relatório do então governador, o capitão Ene Garcez dos Reis.

No decorrer do ano letivo, esta Divisão procurou integrar o professorado e educando na função primordial *de veicular e despertar o civismo através de comemorações, nas datas nacionais com a participação ativa de ambos os elementos*. Desta sorte foram realizadas as seguintes comemorações no Grupo Escolar “Lobo d’Almada”: Primeiro aniversário

da Administração do Território; Dia do Soldado e Semana da Pátria. A comemoração externa de maior vulto participada por esta Divisão foi a parada da Juventude que constituiu um espetáculo imponente com *o desfile de cerca de 400 crianças, além de clubes desportivos e Guarda Territorial*. A 7, foi realizada uma sessão cívica no Grupo, em que se desenvolveu um programa bem interessante de carácter patriótico, no qual figurava a alocução da Orientadora de Ensino (OLIVEIRA, 1986, p. 18, grifo meu).

No contexto de implantação do projeto cívico e das diretrizes para a educação escolar no Território Federal do Rio Branco, há as demandas da educação voltadas para a valorização dos símbolos nacionais na florescente semana da pátria. Com isso, outra estratégia utilizada na divulgação do projeto nacional ficou a cargo da inaugurada estação radiofônica, o que vamos trabalhar um pouco mais adiante, ao problematizar os objetivos da estação de rádio difusora executada no Território, que estivera vinculada ao projeto de construção das significações e das representações do projeto nacional brasileiro para a região.

Dessa maneira, no lugar da valorização do sentimento pátrio, temos na história de João Chrysóstomos, à frente do projeto educacional para o Território Federal do Rio Branco, um aspecto de importância que nos chama atenção na pesquisa: sua formação acadêmica religiosa dedicada aos princípios evangélicos, e era membro da Academia Amazonense de Letras Brasileira da Língua Portuguesa Evangélica de Letras do Brasil. Possivelmente sua formação acadêmica permitiu em seus discursos acentuar ao povo da região a preservação nacional e patriótica, carregadas de elementos construtores de valores simbólicos do idealismo nacional, como também a conformação ao espírito público afluído no rio Branco. Sem contar que era o período do governo Getúlio Vargas, em que se proclamavam hinos em louvor ao desbravador luso “Lobo D’Almada”⁹ e ao professor pioneiro Diomedes Souto Maior¹⁰, além da socialização de hinos em outras instituições escolares, estabelecendo uma rede de significados que faziam parte de uma ação diária escolar às margens do rio Branco (MACEDO, 2012).

Sendo assim, notamos, portanto, que a história do educador à frente do projeto de governo para a região territorial, estabelecida como estratégia com vínculos ao governo central, estivera

⁹ Manuel da Gama Lobo de Almada (D’Almada) foi governador da Capitania de São José do Rio Negro (hoje Estado do Amazonas). Em 1789 Lobo D’Almada introduziu o gado bovino e equino (cavalos) nas Fazendas São Bento e São Marcos às margens do rio Uraricoera, e depois na Fazenda São José, no rio Tacutu, no vale do rio Branco, atual Estado de Roraima (BARBOSA, 1991).

¹⁰ De acordo com Neta e Nascimento (2000), Diomedes Pinto Souto Maior nasceu em 3 de maio de 1879 em Campina Grande, Paraíba, e ainda jovem passou a percorrer o Brasil em busca do seu ideal: sair do Nordeste para chegar ao Sudeste, depois ao Norte.

orientada para política de valorização dos símbolos nacionais. Desse modo, encontramos no decurso de sua trajetória profissional a implantação da rádio difusora no Território, e nesta havia por trás um projeto maior no jogo do poder nacional, conforme atesta Schwartzman, ao afirmar que em suas finalidades, “em 13 de janeiro de 1937, a lei nº 378, instituiu o Serviço de Radiodifusão Educativa, que se propunha a levar seus programas culturais principalmente à população jovem” (SCHWARTZMAN, 1983, p. 376). Assim, a política nacionalista definida pelo Ministério da Educação e Saúde Pública era proposta para todas as regiões do Brasil, incluindo a região Norte.

Desse modo, a implantação da rádio, no caso da região do extremo Norte do país, tem no discurso de João Chrysóstomos seu vislumbre de comunicar a força das vitórias brasileiras. Diante disso, ao discursar na inauguração da rádio, volta sua fala para a educação dos jovens, na busca de aproximar as regiões distantes com o restante do Brasil, como podemos verificar na estação radiofônica em uma escola do interior do Território Federal do Rio Branco, em que a proposta do discurso estaria a estes termos.

A principal mensagem do seu discurso era a possibilidade da ruptura com o isolamento intelectual trazida pelo rádio, capaz de proporcionar conforto e de ser motivo de alegria para os professores residentes do interior. Essa iniciativa, segundo ele, atestaria a preocupação do governo de estender as informações para além das salas de aula atingindo assim os recantos mais longínquos do Rio Branco (MACEDO, 2012, p. 50).

A partir desse momento, observaremos que a rádio construía aquilo em que o educador acredita ser o próprio poder do discurso na construção de significados: “língua é um tempo em movimento, à expressão de um conjunto de símbolos, um meio de comunicação, um tesouro espiritual das civilizações de ampla valorização” (OLIVEIRA, 1986, p. 38). Sendo assim, a língua que chegava aos lugares mais distantes do Território Federal do Rio Branco favorecia a implantação dos valores nacionais, naquilo em que Hall propõe ao papel das línguas nos discursos: “ela opera como um sistema representacional, [...] para significar ou representar nossos conceitos, ideias e sentimentos” (HALL, 2016, p. 18), impregnando nos jovens estudantes e professores o projeto de nação, construindo valores cívicos por meio de um discurso educador e vinculando-os ao projeto brasileiro de defensores da Amazônia.

De todo modo, problematizando os períodos vivenciados pela população da região Norte, buscamos apresentar alguns projetos do Estado brasileiro nas tentativas de construir a identidade da

sociedade no antigo Território Federal do Rio Branco¹¹, voltados para cidade de Boa Vista, que, posteriormente, será modificado para o nome de Território Federal de Roraima. Assim, os projetos identitários estiveram forjados tanto pelas ações do Estado brasileiro, nas figuras dos militares por meio de símbolos nacionais e ritualísticos, como pelo projeto educador para região de Roraima, que procurava incutir na juventude do extremo Norte brasileiro valores nacionais que estivessem estritamente vinculados ao projeto da nação, proclamando o ar civilizador dos defensores da tríplice fronteira.

As juventudes do Território Federal de Roraima, que estiveram envolvidas em tentativas de criar sentimentos de pertencimento ao lugar, participando de festividades ritualísticas, como os desfiles do 7 de Setembro, que ocorriam por meio do projeto militar, cujo principal interesse era “a construção da tão desejada identidade, levando os indivíduos residentes em Boa Vista, [...] a sentirem como parte do corpo da nação”, só não foi possível pela “ausência de uma memória oficial local” (DE SOUZA, 2012, p. 39), mesmo que no período dos conturbados “governos biônicos, a brasilidade e a roraimidade”¹² tivessem a “sensação artificial e simbólica da nacionalidade brasileira e da regionalidade roraimense” (DE SOUZA, 2012, p. 18, 40). Permaneciam, assim, as identidades ligadas a Boa Vista em ações de projetos do poder central brasileiro.

Na interseção dos projetos das construções de uma identidade do Território Federal de Roraima, existiram ideais que não pretendemos abordar na pesquisa no momento, como o projeto evangelizador dos missionários católicos a indígenas e não indígenas na região¹³. Por conseguinte, temos a participação dos nordestinos na formação da história de Roraima, que remonta ao período da ocupação portuguesa, que fora efetivada por meio do Forte São Joaquim, já no século XVIII, mais precisamente em 1775, em uma demonstração da força portuguesa para a região Norte.

Considerações finais

¹¹ O Território Federal do Rio Branco foi criado por meio do Decreto Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, sendo instalado oficialmente somente em 20 de junho de 1944. Em 1962, através da Lei nº 4.182, de 13 de dezembro, esse território passa a chamar-se Território Federal de Roraima (GUERRA, 1957; FREITAS, 1996).

¹² O pesquisador emprega o neologismo para os nascidos no Território Federal de Roraima.

¹³ De acordo com Oliveira, entre os projetos existentes havia a evangelização por meio da educação, o que “A partir de 1949, o Instituto Missionário da Consolata, originário de Turim, na Itália, assumiu o trabalho religioso que vinha sendo exercido pelos beneditinos e a nova ordem religiosa alargou os projetos de evangelização católica e escolas para os índios e os não índios” (OLIVEIRA, 2008, p. 142), como parte da formação identitária do lugar.

A pesquisa descortina o urbano para demonstrar como foram construídos em vários modelos identitários os projetos locais, nacionais e internacionais na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, no início do século XX e dentro do contexto amazônico. Dessa maneira, a população entra nesse jogo de poder local, participando em determinados momentos como agentes atuantes, enquanto que em outros tempos foram sujeitos desse emaranhado jogo de interesses nas esferas – do poder local ao internacional.

Boa Vista é compreendida como cidade de diferentes matizes e nuances históricos que formam sua construção sociocultural às margens do rio Branco, tendo em seu bojo cultural complexas redes de influências de poder na formação das identidades no urbano, à medida que a própria cidade se desenvolveu no território brasileiro ao norte do país.

Como cidade fronteiriça, sempre foi vigiada por diversos governantes do poder central, principalmente na chamada era Vargas, quando buscaram implantar um nacionalismo que estivesse unido ao seu projeto de governo. Já dentro do governo de José Sarney, em 1985, ainda no bojo do Território, havia outras preocupações que fugiam dos interesses dos governos militares, pois as grandes predileções estavam voltadas para o centro-sul do Brasil.

Quando ao projeto identitário, em sua finalidade de impingir a construção simbólica de nacionalidade brasileira em que pudesse afastar das identidades locais, este foi sabotado pelas questões fronteiriças, principalmente pelas nacionalidades venezuelana e guianense. O projeto militar de formação de uma brasilidade encontrou interesses fragmentados, tendo em Boa Vista o sentimento de roraimidade pungente. Entretanto, os símbolos do nacionalismo brasileiro permaneceram atravessados pela regionalidade roraimense, embora com uma impressão de artificialismo.

Referências

- AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- BARBOSA, Livia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 229-243, 1991.
- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima**: paisagens e tempo na Amazônia setentrional. Recife: Ed. UFPE, 1995.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1998.
- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A., 2001.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DE SOUZA, Alfredo Ferreira. Somos Brasil: o ritual do 7 de Setembro na construção da identidade nacional em Boa Vista entre as décadas de 1940 e 1970. *In*: MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias; SOUZA, Carla Monteiro de (org.). **Roraima/Boa Vista: temas sobre o regional e o local**. Boa Vista: Editora UFRR, 2012. p. 17-41.
- FREITAS, Aimberê. **Geografia e história de Roraima**. Manaus: Grafima, 1996.
- GALVÃO, Thiago Gehre. A história das relações entre Brasil, Venezuela e Guiana: Boa Vista como “cidade-pivô” na integração da América do Sul. *In*: MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias; SOUZA, Carla Monteiro de (org.). **Roraima/Boa Vista: temas sobre o regional e o local**. Boa Vista: Editora UFRR, 2012. p. 217-241.
- GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo geográfico do Território do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MACEDO, Inês Rogélia Dantas. Agentes educacionais em Boa Vista/Roraima nos anos de 1945 e 1946. *In*: MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias; SOUZA, Carla Monteiro de (org.). **Roraima/Boa Vista: temas sobre o regional e o local**. Boa Vista: Editora UFRR, 2012. p. 43-62.
- MAGALHÃES, Dorval de. **Roraima: informações históricas**. Rio de Janeiro: Graphos, 1986.
- NETA, Luiza Câmara Beserra; NASCIMENTO, Teresa Kátia Alves do. Do pioneirismo à História: prof. Diomedes Pinto Souto Maior. **Revista Textos & Debates**, Boa Vista, v. 1, n. 6, p. 43-54, set. 2000. Disponível em: <http://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/993/806>. Acesso em: 26 jun. 2022.
- OLIVEIRA, Iris M. Cultura política, direitos e política social. *In*: BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.
- OLIVEIRA, João Chrysóstomo de. **Dois lances históricos (apontamentos pessoais)**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1986.
- OLIVEIRA, Laucides Inácio de. **Boa Vista, 1953: uma aventura... ah, dias da minha juventude**. Boa Vista: Gráfica Real, 2009.
- PERUZZO, Cicília M. K. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil. **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, v. 4, n. 1, p. 141-169, 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/99061099541813324499037281994858501101.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2022.
- SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. **Entre cultura política, memórias e política de identidade: sujeitos históricos em ação – Boa Vista - Roraima (1970-1980)**. 342 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SCHERER, Rebeca. Paisagem urbanística, urbanização pós-moderna e turismo. *In*: YAZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Estado Novo, um auto-retrato**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, 24).

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. A gênese urbana e a emancipação política municipal no Brasil: temas distintos que se complementam num estudo sobre o estado de Roraima. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 11, n. 26, p. 81-101, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/actageo/article/viewFile/3967/2333>. Acesso em: 13 jan. 2022.

SOUZA, Carla Monteiro de (org.). **Roraima/Boa Vista**: temas sobre o regional e o local. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. *In*: MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias; SOUZA, Carla Monteiro de (org.). **Roraima/Boa Vista**: temas sobre o regional e o local. Boa Vista: Editora UFRR, 2012. p. 9-14.

VALE, Ana Lia Farias. **O “Ceará” em Roraima**: migração de cearenses: 1980-1999. Jaboticabal: Funep, 2005.